

Ricos concentram 27% da renda e pagam menos impostos no país

A parcela mais rica dos brasileiros detém grande parte da renda nacional, mas paga menos impostos que o restante da população do país. É o que revelou o estudo Retrato da Desigualdade e dos Tributos Pagos no Brasil, que foi divulgado nesta sexta-feira (29). [Página 02](#)



»»»» Organização do setor apícola impulsiona produção do mel em diferentes regiões de Rondônia [Página 08](#)

A Gazeta de Rondônia

agazetaderondonia.com.br



Aponte a câmera do seu celular e accese todo conteúdo na edição online

Ano XXXIII - Nº 4852 - Rondônia, fim de semana, 30, 31 de Agosto e 01 de Setembro de 2025 DIRETOR PRESIDENTE José Erisvaldo dos Santos Sousa Rondônia R\$ 1,50 - outros estados R\$ 3,00

Setembro continua com bandeira tarifária mais cara na conta de luz

»»»» Setembro continua com bandeira tarifária mais cara na conta de luz [Página 04](#)

2

Candeias do Jamari: agricultores satisfeitos com apoio de Cirone Deiró



Foto: Divulgação

3

Inscrições para cursos profissionalizantes remotos seguem até o dia 8 de setembro



Foto: Divulgação

Versão Digital
agazetaderondonia.com.br

Candeias do Jamari: agricultores satisfeitos com apoio de Cirone Deiró

Os moradores do distrito de Samuel, no município de Candeias do Jamari, estão satisfeitos com o trabalho de recuperação das estradas, realizado pelas máquinas do Departamento de Estradas de Rodagem (DER). Os serviços estão sendo executados, por meio de um termo de cooperação, firmado entre a Prefeitura e o Governo do Estado, com a intermediação do deputado estadual Cirone Deiró (União Brasil). "Recebemos essa reivindicação do vereador Geraldo Sem Medo e unindo forças com o prefeito Lindomar Garçon e com o governador, coronel Marcos Rocha, estamos conseguindo desenvolver esse trabalho", explicou o parlamentar.

O pecuarista Valter dos Santos Filho, disse que mora na LP 35 há 23 anos e que há pelos menos 15, não via um trabalho tão completo quanto o que vem sendo realizado atualmente. "É um serviço excelente, que está



deixando toda a população muito agradecida, disse. O agricultor Roberto de Oliveira Alves, também está satisfeito com o que tem presenciado. "É um trabalho completo, inclusive com a colocação de manilhas em pontos críticos e nós só temos que agradecer esse benefício recebido", disse.

O casal de agricultores Seu Tito e Dona Palmira também acredita que as dificuldades enfrentadas nas estradas da região vão ficar para trás. "Já ficamos atolados dias inteiros, enfrentando muita lama nessas estradas", lembra dona Palmira.

Estão sendo investidos R\$ 1,7 milhão, nos serviços

de patrulhamento e cascalhamento das estradas do distrito. "É muito satisfatório saber que esse trabalho está pondo fim ao sofrimento dos moradores", disse o vereador Geraldo Sem Medo.

Além do trabalho desenvolvido por meio do termo de cooperação, Candeias deverá ser contemplada, nos

próximos dias, com mais R\$1 milhão e meio, viabilizados por meio de emenda parlamentar do deputado Cirone. O novo recurso deverá atender as demais estradas do município.

Texto: Eli Batista |
Jornalista
Foto: Assessoria
Parlamentar

Governo de RO oferece serviço de diálise peritoneal domiciliar para pacientes renais crônicos

Neste dia 29 de agosto, Dia Nacional da Diálise, o governo de Rondônia, com o objetivo de promover mais autonomia e conforto aos pacientes renais crônicos, reforça a disponibilização do serviço de Diálise Peritoneal Domiciliar. Trata-se de uma alternativa menos invasiva, que permite ao paciente manter uma rotina com menor necessidade de deslocamentos até clínicas, já que o procedimento pode ser realizado em casa, pelo próprio paciente ou com o auxílio de cuidadores.

O serviço de Diálise Peritoneal é oferecido pela rede estadual de saúde, operacionalizado pelo Centro de

Diálise Madeira Mamoré (CDMM), anexo ao Hospital de Base Dr. Ary Pinheiro (HBAP). O implante do cateter de Tenckhoff, que é o acesso peritoneal de longa permanência essencial para a viabilização da técnica dialítica contínua ambulatorial (CAPD) ou automatizada (APD), ocorre na unidade hospitalar.

Segundo dados da Sociedade Brasileira de Nefrologia, a prevalência da Doença Renal Crônica no mundo é de 7,2% entre indivíduos acima de 30 anos e varia entre 28% e 46% em pessoas com mais de 64 anos. No Brasil, estima-se que mais de 10 milhões de

pessoas convivam com a doença.

Para o governador de Rondônia, Marcos Rocha, o acesso gratuito a um tratamento de qualidade pelo Sistema Único de Saúde (SUS), fortalece a rede de assistência e proporciona mais dignidade e qualidade de vida para quem precisa.

O titular da Secretaria de Estado da Saúde (Sesau), Jefferson Rocha, enfatizou a relevância da medida. "Com a disponibilização desse serviço reduzimos a necessidade de deslocamentos frequentes dos pacientes até clínicas especializadas, oferecendo mais conforto, praticidade e acessibilidade ao tratamento."

ACESSO

Para ter acesso ao serviço de diálise peritoneal domiciliar, o paciente deve procurar a equipe multidisciplinar ou seu médico em uma unidade especializada em terapia renal. O profissional responsável encaminhará o laudo médico para o e-mail regulanefro@gmail.com, onde uma equipe especializada seguirá com os trâmites da Resolução RDC 11 de 2014 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), que estabelece os requisitos de Boas Práticas de Funcionamento para os Serviços de Diálise no Brasil. Após o envio, o pedido passará por análise social e pela regulação necessária, garan-

tindo que o tratamento seja disponibilizado de forma adequada e personalizada para cada paciente.

ATENDIMENTO 24 HORAS

O Centro de Diálise Madeira Mamoré (CDMM) disponibiliza atendimento 24 horas, e possui profissional nefrologista e equipe técnica de plantão para atender urgências de pacientes crônicos ou agudos. O setor está em anexo ao Hospital de Base Dr. Ary Pinheiro, situado na Avenida Governador Jorge Teixeira, nº 3.766, Bairro Industrial.

Fonte

Texto: Lara Lívia

Fotos: Daiane Mendonça
Secom - Governo de Rondônia



Inscrições para cursos profissionalizantes remotos seguem até o dia 8 de setembro

O avanço tecnológico está abrindo novos caminhos para a construção do saber. Dentro desse ecossistema digital, o Instituto Estadual de Desenvolvimento da Educação Profissional (Idep) lança um novo cronograma de cursos profissionalizantes remotos que contempla os 52 municípios rondonienses. Os interessados podem se inscrever até o dia 8 de setembro, através do link <https://rondonia.ro.gov.br/publicacao/cursos-de-formacao-inicial-12-25-remoto-inscricoes-de-27-08-2025-a-08-09-2025/>

A idade mínima para se matricular é 15 anos, enquanto a escolaridade

exigida é o ensino fundamental II (6º ao 9º ano), sendo, portanto, uma oportunidade para jovens que estão se preparando para ingressar no mercado de trabalho se capacitar e descobrir em qual carreira pretende atuar. Para quem já está na ativa, a qualificação da mão de obra viabiliza atualização do currículo, servindo de motivação para a reconversão profissional, ou seja, a mudança de ramo de atividade.

EMPREGO E RENDA

Para o governador de Rondônia, Marcos Rocha, a expansão da educação profissional é uma política pública fundamental por-

que garante a melhoria da qualidade de vida e a geração de emprego e renda. “A ampliação do ensino profissionalizante fortalece o progresso econômico e o desenvolvimento social”, evidenciou.

Joyna Miranda, 55 anos, fez o curso remoto de Psicologia Comportamental para complementar o aprendizado que vem tendo no Curso Técnico em Secretaria Escolar. “Quando começar a exercer a minha função, quero estar preparada”, argumentou a estudante, que mora no Bairro Cohab, em Porto Velho.

Segundo a presidente do Idep, Adir Josefa de Oliveira, o ensino online está

sendo fundamental nas metas da instituição no que tange à democratização da capacitação profissional em todas as regiões. “Além da sede e dos polos em Porto Velho, o Idep interioriza suas ações em salas de aulas descentralizadas em outros municípios, inclusive distritos, bem como em seis escolas móveis e cursos remotos”, ressaltou.

CURSOS OFERTADOS

Psicologia e Comportamento Organizacional
Marketing de Produtos e Serviços
Pesquisa de Marketing
Organização do Sistema

Educativo Brasileiro

Planejamento e Organização do Ambiente Escolar

Gestão da Qualidade I
Auxiliar Administrativo
Prática de Departamento Pessoal

Planejamento, Recrutamento e Seleção
Gestão Ambiental
Gerenciamento de Rotinas Administrativas
Planejamento Estratégico

Fundamentos da Administração
Gestão Financeira Patrimonial Escolar

Análise e Projetos de Sistemas
Excel do Básico ao Avançado

Fonte

Texto: João Albuquerque

Fotos: João Albuquerque
Secom - Governo de Rondônia

EXPEDIENTE

DIRETOR PRESIDENTE
José Erisvaldo dos Santos Sousa
(69) 98504-7977

ADMINISTRATIVO
Said Neves Dourado
(69) 3311-3714

DIAGRAMAÇÃO
Valdinei Rodrigues Carvalho

DEPARTAMENTO COMERCIAL
(69) 3311-3714 - Dulce Salvador

A Gazeta de Rondônia Edição de Jornal EIRELI - Publicações Diárias
CNPJ: 14.515.552/0001-47 - Código ISSN: 2237-9878
Inscrição Estadual: 00000003993213

SEDE
Av. Castelo Branco, 20820 Sala 1 - Bairro Novo Horizonte - Cacoal - Rondônia
(Região Central do Estado) - CEP: 76.962-000 - Fone Geral: (69) 3311-3714

SUCURSAL PORTO VELHO
Rua Açaí, 5262 - Eldorado - CEP: 76.806-104 - Contato: 99234-8650

Mídia Distribuidora de Jornais - ME
BRASÍLIA - DISTRITO FEDERAL
E. SIBS. Quadra 02. Conj. B Lote 10

E-mail para matérias informativas:
agazetaderondonia@gmail.com

E-mail para publicações oficiais, editais, licenças ambientais e outros:
editalagazeta@gmail.com

Portal de Notícias
agazetaderondoniadigital.com.br



Filiado a:

AJD-RO
Associação dos Jornais
Diários Impressos do
Estado de Rondônia

Setembro continua com bandeira tarifária mais cara na conta de luz

As contas de energia elétrica permanecem com acréscimo de R\$ 7,87 para cada 100 quilowatts-hora (kWh) consumidos em setembro. A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) anunciou nesta sexta-feira (29) que será mantida a bandeira vermelha patamar 2 devido à necessidade de acionamento de usinas termelétricas.

Segundo a Aneel, o uso maior de térmicas é necessário por causa da falta de chuvas nos reservatórios das usinas hidrelétricas.

"As atuais condições de afluência dos reservatórios das usinas, abaixo da média, não são favoráveis para a geração hidrelétrica. Em consequência, há necessidade de maior acionamento de usinas termelétricas, com elevados custos de geração, o que justifica a manutenção da bandeira vermelha pata-

mar 2 para setembro", explicou a agência.

Em junho e julho, a bandeira tarifária esteve vermelha e, em agosto, passou para vermelho patamar 2.

Bandeiras tarifárias

Criado em 2015 pela Aneel, o sistema de bandeiras tarifárias reflete os custos variáveis da geração de energia elétrica. Divididas em cores, as bandeiras indicam quanto está custando para o Sistema Interligado Nacional (SIN) gerar a energia usada nas residências, em estabelecimentos comerciais e nas indústrias.

Quando a conta de luz é calculada pela bandeira verde, não há nenhum acréscimo. Quando são aplicadas as bandeiras vermelha ou amarela, a conta sofre acréscimos a cada 100 quilowatts-hora (kWh) consumidos.

Fonte: Agência Brasil



CAE analisa projeto para viabilizar MP que compensa 'tarifaço'



A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) analisa na terça-feira (2), a partir das 10h, o projeto de lei complementar que cria espaço fiscal para as medidas emergenciais do governo federal contra os impactos da taxação dos Estados Unidos sobre produtos brasileiros.

O PLP 168/2025 retira dos limites do Novo Arcabouço Fiscal, até o final de 2026, os R\$ 30 bilhões para empréstimos e renúncias fiscais anunciados pelo governo no início do mês (MP 1.309/2025). O projeto foi recém-protocolado pelo líder do governo no Sena-

do, senador Jaques Wagner (PT-BA), e será relatado pelo senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB).

A intenção do governo é compensar prejuízos de exportadores afetados pelo "tarifaço". Segundo Wagner, a taxação americana atinge 36% do valor total de pro-

dutos brasileiros exportados aos Estados Unidos em 2024 (US\$ 14,5 bilhões de um total exportado de US\$ 40,4 bilhões) e pode gerar prejuízos a empresas de regiões do país e pôr em risco milhões de empregos.

O projeto ainda vai precisar passar pelo Plenário do Senado e, depois, pela Câmara dos Deputados.

Outros temas

A CAE também deve analisar proposta da Comissão de Relações Exteriores (CRE) que estabelece um marco legal para o comércio exterior (PL 4.423/2024). O projeto tem normas para reforçar a proteção à indústria nacional contra práticas desleais e ilegais, garantir a isonomia de tratamento entre produtos importados e nacionais e aumentar o controle sobre importações e exportações.

O texto recebeu parecer

favorável do senador Fernando Farias (MDB-AL). A proposta substitui dispositivos defasados do atual marco legal (Decreto-Lei 37, de 1966) e incorpora compromissos assumidos pelo Brasil na Organização Mundial do Comércio (OMC).

Também está na pauta da CAE o projeto que isenta de tributos federais a doação de medicamentos à União, aos estados, aos municípios, ao Distrito Federal e a entidades benéficas (PL 4.719/2020).

Conforme o texto, os medicamentos doados têm que ter no mínimo seis meses de validade. Ele já foi aprovado na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e agora terá a relatoria do senador Fernando Farias na CAE.

Os dois projetos precisam passar pelo Plenário.

Fonte: Agência Senado



Ricos concentram 27% da renda e pagam menos impostos no país

A parcela mais rica dos brasileiros detém grande parte da renda nacional, mas paga menos impostos que o restante da população do país. É o que revelou o estudo Retrato da Desigualdade e dos Tributos Pagos no Brasil, que foi divulgado nesta sexta-feira (29) pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e pelo economista francês Gabriel Zucman, diretor do EU Tax Observatory e professor da Ecole Normale Supérieure em Paris.

Segundo o estudo, no Brasil 1% das pessoas mais ricas do país e que têm renda anual superior a R\$ 5,5 milhões concentra 27,4% da renda nacional total. Os milionários pagam 20,6% de alíquotas de tributos, enquanto para o brasileiro de classe média, a alíquota cobrada gira em torno de 42,5%. Os dados são de 2019.

"A maioria dos grupos de renda paga uma alíquota efetiva média entre 45% e 50%, refletindo o alto peso dos tributos sobre o consu-

mo. No entanto, os milionários em dólar - isto é, adultos que ganham pelo menos US\$ 1 milhão por ano [ou cerca de R\$ 5,5 milhões], em linhas gerais o 0,01% do topo da distribuição - pagam apenas 20,6% de sua renda em tributos", diz o texto da pesquisa.

"Temos insistido em dizer que o Brasil não pode figurar entre as 10 maiores economias do mundo e ao mesmo tempo estar entre as piores economias do ponto de vista de distribuição de renda, que é exatamente a situação em que nos encontramos", disse o ministro Haddad.

Segundo Zucman, o estudo demonstra que a desigualdade de renda no Brasil é maior do que se imaginava.

"O que descobrimos é que se levarmos em conta um conceito mais amplo de renda, levando em conta também os ganhos empresariais, o 1% mais rico do Brasil detém 27% do total da renda nacional. Isso, sem dúvida, coloca o Brasil no

topo do ranking dos países mais desiguais em termos de renda", destacou.

Sistema tributário regressivo

De acordo com a pesquisa, o Brasil tem um sistema tributário regressivo, em que pessoas da classe média pagam mais tributos que a parcela mais rica da população. Isso seria explicado por dois fatores:

O sistema depende fortemente de tributos indiretos, atingindo principalmente as pessoas de menor renda,

O imposto de renda de pessoas físicas não tributa dividendos.

"Na comparação internacional, esses milionários em dólar pagam em média, em outros países, entre 22% e 42% de sua renda, o que

coloca o Brasil muito abaixo da tributação cobrada em outros países", acrescentou.

Isenção do IR

Para Haddad, o estudo "não poderia ser mais oportunista", tendo sido divulgado em um momento em que o Congresso Nacional discute

a proposta do governo federal de isentar do Imposto de Renda para as pessoas que ganham até R\$ 5 mil e aumentando as alíquotas sobre a população mais rica.

"Tenho muita convicção

de que, com exceção de um grupo mais extremado de deputados e senadores, o bom senso há de prevalecer para que o Brasil inicie uma trajetória. Estamos falando de um passo modesto. Mas esse primeiro passo, mesmo que modesto, vai abrir uma seara, um caminho, para o Brasil buscar seu desenvolvimento sustentável.

É impossível um país crescer com desenvolvimento sustentável com essa distribuição de renda que nós temos", acrescentou o ministro.

Megaoperação

Durante a entrevista coletiva, o ministro lembrou a megaoperação realizada ontem (28) e que identificou fraudes fiscais e econômicas de uma rede ligada à organização criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC).

Para ele, a ação de fiscalização da Receita Federal foi

uma "prova de patriotismo e apreço ao país", combatendo o crime organizado. Ele ressaltou a necessidade de uma legislação equilibrada para ter mais justiça social no Brasil.

Estudo

Elaborado por um grupo de economistas brasileiros e internacionais, resultado de uma colaboração entre um consórcio internacional de economistas coordenado pelo EU Tax Observatory e a Receita Federal do Brasil (RFB), o estudo foi divulgado por meio de uma coletiva online na página do Ministério da Fazenda no YouTube.

Para o levantamento foram utilizados dados administrativos, incluindo declarações de imposto de pessoas físicas e de empresas.

Além de Haddad e Zucman, também participaram da coletiva a auditora-fiscal da Receita Federal Luciana Barcarolo e o pesquisador Theo Ribas Palomo, afiliado ao EU Tax Observatory e ao PSE Stone Center.

Fonte: Agência Brasil



Estado de Rondônia
MUNICÍPIO DE NOVA UNIÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO No 16/PMNU/2025

Órgão Contratante: Prefeitura Municipal de Nova União/RO.

Processo nº 1200/2025.

OBJETO: Futura e Eventual Aquisição de Tubos de Concreto Armado.

Valor estimado de R\$ 1.649.400,00

Data da Sessão Pública: Dia 15 de setembro de 2025, às 09h00min. (horário de Brasília)

Modo de disputa: Aberto

Critério de Julgamento: Menor preço por item

Local da disputa virtual: www.licitanet.com.br (Licitanet).

A retirada do Edital completo poderá ser efetuada gratuitamente nos sites do Licitanet: <https://www.licitanet.com.br>, no PNCP: <https://pncp.gov.br/app/editais> ou no Portal da Transparéncia do Município: "<https://transparencia.novauniao.ro.gov.br/transparencia>".

Informações Complementares poderão ser obtidos na sede da Prefeitura Municipal, sito a Rua Independência, nº. 1135, de segunda a sexta-feira, das 07h00min, às 13h00min, exceto feriado, e pelo e-mail "licitacaonoro@gmail.com".

Nova União/RO, 29 de agosto de 2025.

Nilton Cesar Moreira

Pregoeiro/Agente de Contratação



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90051/2025/SLC
PROCESSO N.º 676/SEMSUSA/2025

O Município de Buritis-RO, através da sua pregoeira designada pela Portaria 264/GAB/PMB/2025, torna pública a realização da licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO (POR ITEM), na forma da Lei Federal nº 14.133/21, tendo como Objeto: Aquisição de Câmara para Conservação de Imunobiológicos para unidade Central de Buritis, referente as propostas nº 110790710001/22-003, valor estimado R\$ 27.736,85 (vinte e sete mil setecentos e trinta e seis reais e oitenta e cinco centavos). Início da sessão pública virtual será às 10h00min do dia 16/09/2025 (Horário de Brasília-DF), endereço www.gov.br/compras (COMPRASNET). Obtenção gratuita do edital nos endereços eletrônicos: www.gov.br/pnnp, www.gov.br/compras, <http://www.buritis.ro.gov.br> ou diretamente na prefeitura no endereço: Rua São Lucas, nº 2476, setor 06. Telefone: (69) 99991-2637 no Horário: 07h30 às 13h30 ou por solicitação via e-mail cpl@buritis.ro.gov.br.

Buritis – RO, 29 de Agosto de 2025.

VERÔNICA DA SILVA APOLINARIO

Pregoeira

A Gazeta de Rondônia Edições Diárias

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA-MT EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPILIFICADO PÚBLICO N.º 001/2025.

A Comissão Especial designada pelo Decreto Municipal nº. 366/GAB/PMR de 06 de agosto de 2025, torna público o presente edital de abertura das inscrições e baixa normas de processo seletivo simplificado Público destinado à contratação emergencial para atender a demanda da Secretaria Municipal de Educação de Rondolândia de professores pedagogos com licenciatura plena.

1.1 O Processo Seletivo tem caráter eliminatório e classificatório, compreendendo análise curricular e entrevista.

1.2 Todos os atos oficiais relativos ao Processo Seletivo Simplificado serão disponibilizados no canal oficial <https://amm.diariomunicipal.org/publicacoes/> e <https://www.rondolandia.mt.gov.br/pss>.

1.3 As inscrições ficarão abertas entre às 00 horas e 01 minuto do dia 01 de setembro de 2025 até às 23 horas e 59 minutos (horário oficial de Mato Grosso) do dia 10 de setembro de 2025.

Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado Público

Rejane Roseli Jensen
Presidente

Neidson Gomes Temponi
Membro

Vanderlino Souza Liting
Membro

Luciana de Jesus Coutinho
Membro

Sebrae promove etapa estadual do Prêmio Sebrae Mulher de Negócios



A cerimônia estadual do Prêmio Sebrae Mulher de Negócios 2025 foi realizada nessa quinta-feira (28) no auditório do Sebrae em Porto Velho. Promovida pelo Projeto Sebrae Igualdade, reconhece mulheres empreendedoras de Rondônia que contribuem para o desenvolvimento econômico e social da região. As mulheres empreendedoras foram reconhecidas em cinco categorias: Pequenos Negócios, Microempreendedor Individual (MEI), Produtora Rural, Ciência e Tecnologia e Negócios

Internacionais. Além do prêmio, a iniciativa oferece networking, capacitação e ajuda a fortalecer o empreendedorismo feminino em todo o país.

"Estamos aqui na do Sebrae em Rondônia, tendo a oportunidade de fazer o reconhecimento das mulheres empreendedoras, mulheres de negócios do Estado de Rondônia. Tivemos a etapa do período de inscrições, no mês de março e foram

mais de 130 pessoas, empreendedoras femininas, vendedoras mulheres que se inscreveram e, hoje é a hora do reconhecimento de acordo com a sua categoria em nível da etapa Rondônia que vão concorrer na etapa nacional. A gente tem que reconhecer o empreendedorismo feminino, a mulher empreendedora a qual temos todo um carinho especial, reconhecendo cada uma em seus segmentos", disse Edson Lemos, diretor financeiro e administrativo do Sebrae em Rondônia.

Isabele Morgado, proprietária da marca Boto Morgado de camisetas ficou em primeiro lugar no estado e conquistou o 2º lugar

ro lugar na categoria MEI. "Estou muito feliz e quero ressaltar a importância desse projeto do Sebrae que valoriza as mulheres de negócio. É fundamental para fomentar o empreendedorismo feminino, mostrar o quanto nós mulheres temos potência e que precisa ser valorizado. Então é isso, quero agradecer o primeiro lugar e vamos levar Rondônia para todo o mundo", enfatizou Isabele.

"Hoje nós estamos aqui fazendo a entrega para o prêmio Sebrae mulher de negócio 2025. Estamos aqui com mulheres de Porto velho a Vilhena de todas as nossas unidades. É um prêmio importantíssimo porque essas mulheres além de contarem a história delas, elas servem de inspiração para outras mulheres" falou Maria Cristina Marques, Coordenadora Estadual do programa Plural do Sebrae em Rondônia.

No ano passado, a empresária e agricultora Nilcinéia da Luz, do café da Luz do município de Cacoal, ficou em 1º lugar no estado e conquistou o 2º lugar

Criado em 2004, o prêmio Sebrae Mulher de Negócios já teve mais de cem mil participantes, sendo mais de duzentas empreendedoras já foram reconhecidas em nível nacional.

Mais informações sobre as ações do Sebrae em Rondônia podem ser encontradas no site www.sebrae.ro ou pelo telefone gratuito 0800 570 0800. Também é possível acessar a loja virtual em sebrae.ro/loja e acompanhar as novidades pelas redes sociais: Instagram, TikTok, Facebook, LinkedIn e YouTube (@sebraero).

Brasil espera combater mudanças climáticas de forma equilibrada e viável, dizem especialistas

O Brasil deve contar com uma estratégia nacional para enfrentar as mudanças climáticas de forma equilibrada e viável, levando em conta o desenvolvimento econômico, o avanço social e a segurança alimentar do país. A conclusão é dos participantes de audiência pública realizada na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), na quarta-feira (27).

O debate teve como tema as responsabilidades do setor agropecuário em relação à estratégia nacional de mitigação das mudanças climáticas. A reunião foi realizada por iniciativa do senador Zequinha Marinho (Podemos-PA), que preside a CRA. Ainda em fase de revisão pelo governo, o Plano Clima 2024-2035 abrange 16 estratégias e sete planos setoriais, que são: agricultura e pecuária; conservação da natureza; energia; indústria; transportes; cidades; e resíduos.

Acordos globais

Chefe da Assessoria de Relações Internacionais da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Marcelo Morandi destacou que todos os países estão estudando e avaliando novos cenários em relação às mudanças climáticas. Segundo ele, os compromissos ambientais do Brasil dentro dos acordos globais estabelecem mais do que um compromisso ambiental, mas uma rota de desenvolvimento do país.

Segundo ele, a NDC do Brasil (Contribuição Nacionalmente Determinada) — metas de redução de emissões de gases de efeito estufa que o país se comprometeu a atingir até 2035, como parte do acordo de Paris — envolve a redução efetiva de um novo modelo de economia de baixa emissão de carbono. Mas também prevê um modelo de planejamento e desenvolvimento.

A redução de emissões de gases de efeito estufa e todo o processo de melhoria ambiental têm que estar conectado com o desenvolvimento social, segurança alimentar e desenvolvimento econômico dos países, conforme explicou Morandi.

— A partir da NDC temos o inventário, que é como nós medimos para ver se estamos seguindo aquela rota que prometemos na NDC em termos de redução de emissões. Temos as políticas internas, [contidas] no Plano Clima, que vão nos dar a estratégia de como nós vamos organizar para cumprir o que prometemos na NDC — afirmou ele.

Metas ambiciosas

Durante o debate, a senadora

Tereza Cristina (PP-MS) manifestou perplexidade com o plano setorial da agropecuária, que transfere para o setor mais da metade das emissões de gases provocadas pelo desmatamento.

— Por que jogar em cima da agropecuária toda essa carga de emissões? Cada vez mais precisamos fazer NDCs mais ambiciosas. Se já vamos para [mais de] 40%, como é que vamos reagir nas próximas NDCs? Nós vamos ficar sem espaço de mobilidade em cima das emissões. Essa assimetria coloca em risco a competitividade da agropecuária brasileira com outros setores da economia — avaliou.

O senador Jaime Bagatoli (PL-RO), por sua vez, apontou divergências entre a agropecuária e o setor de energia.

— O setor energético está sendo menos impactado que a agropecuária. O quanto é que o petróleo é poluidor? Qual o significado da poluição do petróleo no mundo? Aí chegamos ao Plano Clima. Parece que só nós, do Brasil, temos que arrumar um peso para a nossa sociedade pagar. Já sabemos a grande responsabilidade que o agronegócio tem no setor produtivo — afirmou.

Já o senador Flávio Arns (PSB-PR) disse que ninguém pode negar a importância do setor agropecuário para a economia do Brasil.

— Está tudo apontado para haver um entendimento entre os ministérios e os representantes [do setor agrícola] e chegar a uma convergência para refletir expectativas e anseios do setor — afirmou.

Agronegócio

Secretário de Inovação, Desenvolvimento Sustentável, Irrigação e Cooperativismo do Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa), Pedro Neto destacou o aspecto participativo do Plano Clima e a abrangência do agronegócio.

— O agro é bastante abrangente e [envolve] muita gente. Então, sem conversar pelo menos com quatro dezenas de representações setoriais, não dá para falar que falou com o setor. O agro é volumoso e é o principal setor econômico da economia brasileira. É natural que a ele incorra um número relevante das emissões, falando sob a ótica das mudanças climáticas — afirmou.

"Serenidade"

Consultor para Assuntos Ambientais da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), Leonardo Papp destacou que mais da metade da safra nacional passa de alguma



forma pelo cooperativismo, modelo que permite dar acesso ao mercado especialmente para pequenos produtores.

Em sua avaliação, o tema ambiental precisa ser visto com a serenidade de não negligenciar a sua importância, porque as questões climáticas são um desafio planetário que precisa ser tratado com a gravidade que ele tem.

— E, no caso brasileiro, especialmente no combate ao desmatamento, já que é daí que vem a maior parte das nossas emissões. Serenidade de entender também que estamos diante de um tema eminentemente técnico, que trata de questões complexas bastante intrincadas. Serenidade para compreender que, no final do dia, estamos diante de uma decisão política, de como queremos construir a imagem do Brasil: para dentro do Brasil entre os setores produtivos e, especialmente, para fora do país — afirmou.

Setores produtivos

Coordenador de Sustentabilidade da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Nelson Ananias Filho disse que o Plano Clima precisa realmente contar com a participação de todos os setores produtivos e contribuintes do agronegócio para alcançar o sucesso da mitigação.

— Todas essas discussões advêm de um processo anterior à formulação do processo atual, que começou na COP 29 [Conferência do Clima], quando o país assume uma NDC de 59% a 67%, sem conversar com aqueles que vão cumprir. Não foram discutidas as metas e como elas poderiam ser alcançadas. A NDC precisa ser referendada pelo Congresso — disse.

Ação inclusiva

Para o secretário adjunto de Articulação e Monitoramento da Casa Civil da Presidência da República, Adriano Santhiago de Oliveira, não cabe a crítica de "falta de transparência" no processo de construção do Plano Clima. Ele disse que o plano foi elaborado de forma bastante participativa e inclusiva, com a participação da maioria dos ministérios.

— A nossa contribuição nacionalmente determinada ao acordo de Paris não faz distinção de como a gente vai chegar nas nossas metas por setores, ela segue a distribuição do inventário de emissões de gases do efeito estufa, mas ela é para a economia como um todo. Nacionalmente, a proposta do governo é tratar da responsabilidade de emissões setoriais de uma perspectiva diferente para monitoramento de políticas públicas, para monitorar metas indicativas — afirmou.

Até a construção do Plano Clima, ainda não havia sido lançada a política de guerra tarifária anunciada pelos Estados Unidos, mas o governo está atento a essas implicações, conforme Oliveira. Ele ressaltou que o governo está aberto ao diálogo com o setor agropecuário e vai buscar aprimorar o inventário de emissões, bem como as estimativas de remoção de carbono da atmosfera a cargo da agricultura.

Fins domésticos

Secretário nacional de Mudança do Clima do Ministério do Meio Ambiente e Mudança Climática, Aloísio Lopes Pereira de Melo destacou que o Plano Clima é um plano de ação para fins domésticos e nacionais.

Ele destacou que o plano específico voltado à agropecuária

incluirá todas as emissões e as remoções relacionadas às atividades dos pequenos, médios e grandes estabelecimentos e imóveis rurais, agricultura familiar, assentamentos e territórios quilombolas.

— Essa foi a lógica adotada, não é uma lógica exclusiva do Brasil. Cada governo, no seu contexto, organiza a sua forma de atuar conforme o que for mais relevante. Isso é o que a gente está fazendo ao desenhar o nosso Plano Clima — explicou.

Melo destacou que todas as contribuições estão sendo acolhidas e que o governo aprimora a discussão para chegar a um "plano que seja equilibrado, viável e implementável". Segundo ele, o objetivo é chegar a uma definição final da estratégia de mitigação às mudanças climáticas.

"Boas práticas"

Coordenador de Mudanças Ambientais Globais do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), Antônio Marcos Mendonça disse que o Brasil atende aos princípios e às boas práticas e que há mais de trinta anos vem elaborando seus exercícios de estimativas de emissões e remoções de gases de efeito estufa.

— Todos os países devem seguir a mesma metodologia para [que os resultados possam ser comparados]. Todos os cálculos das emissões são alocados em setores que são padronizados internacionalmente. O aprimoramento do inventário nacional é um exercício contínuo e, ao longo do tempo, muitos esforços já foram efetuados, entre os quais os fatores de emissão regionalizados e a adoção de metodologias mais avançadas — afirmou.

Fonte: Agência Senado

Organização do setor apícola impulsiona produção do mel em diferentes regiões de Rondônia

Cada vez mais organizados e com incentivo do governo de Rondônia, apicultores e meliponicultores estão fortalecendo a cadeia produtiva do mel no estado, ampliando as oportunidades comerciais para o setor. Para apoiar o setor, a Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril (Idaron) tem reforçado a orientação para que apicultores e meliponicultores realizem o cadastro de seus apiários e meliponários, medida que integra o Programa Nacional de Saúde das Abelhas no estado, coordenado pelo governo de Rondônia, e que tem como objetivo estruturar a cadeia produtiva, orientar políticas públicas e garantir ações de vigilância e promoção da sanidade das colmeias.

O cadastro é gratuito e pode ser feito em qualquer unidade local da Idaron. Para se cadastrar, o produtor — pessoa física ou jurídica — deve apresentar documento com foto, Cadastro de Pessoa Física ou Cadastro de Pessoa Jurídica (CPF/CNPJ) e comprovante de residência. Também são solicitadas informações sobre o número de colmeias e a localização da criação.

Entre os benefícios do cadastro estão a organi-



zação e formalização do setor, melhores condições para as atividades de defesa sanitária e a oferta de orientação técnica aos produtores. Com os dados atualizados, a Idaron pode mapear as áreas de criação, adotar medidas preventivas e agir com mais rapidez em casos de suspeita de doenças.

Para o governador de Rondônia, Marcos Rocha, a expansão da apicultura e da meliponicultura representa diversificação

econômica, além de ganhos ambientais. "As abe-

lhas desempenham papel essencial na polinização das lavouras e na preservação da biodiversidade. Ao fortalecer o setor, o governo do estado investe em sustentabilidade e em novas oportunidades para os produtores rurais", evidenciou.

O presidente da Idaron, Julio Cesar Rocha Peres, ressaltou a relevância da participação dos produtores. "Ao cadastrar seus apiários e meliponários, os criadores contribuem para a proteção das abelhas, a prevenção de doenças e a valorização da

cadeia produtiva de mel em Rondônia."

PRODUÇÃO EM EXPANSÃO

Atualmente, o cadastro da Idaron já contabiliza 169 apicultores em 268 propriedades rurais, com cerca de 3,3 mil colmeias, alcançando produção anual estimada em 48 mil quilos de mel em todo o estado. No caso das abelhas nativas sem ferrão, são 89 meliponicultores em 104 propriedades, que mantêm 869 colmeias, resultando em 919 quilos de mel por ano.

Cacoal lidera em número de criadores cadastrados, reunindo 45 apicultores de abelhas com ferrão (Apis) e 20 meliponicultores de abelhas nativas sem ferrão. Na sequência, Espigão d'Oeste aparece com 18 criadores de Apis e 6 de ANSF. Já Migrantenópolis ocupa a terceira posição na criação de abelhas com ferrão, com 13 produtores.

Fonte

Texto: Toni Francis

Fotos: Arquivo Idaron

Secom - Governo de Rondônia

AMATUR

Compre sua passagem on-line
www.amatur.com.br



+ de 20 destinos
pela Amazônia

**Viaje mais,
viaje de Amatur!**